

Estudo mostra como Bolsonaro persegue servidores

Os métodos de perseguição bolsonarista usados contra servidores públicos que discordam dele foram esmiuçados em um estudo feito por duas pesquisadoras da FGV.

Gabriela Lotta, professora de administração pública na FGV e professora visitante na Universidade Oxford, e Mariana Silveira, doutoranda na FGV, entrevistaram mais de 100 servidores públicos para conseguir montar o diagnóstico.

“Nós estudamos os servidores federais há muitos anos. E desde o começo deste governo começamos a acompanhar diversos casos de ataque aos servidores. Percebemos ao longo do tempo que este processo era sistemático, muito bem orquestrado e que inclusive seguia alguns padrões que vimos em outros países, como nos EUA com Trump, na Hungria e na Turquia”, contou Lotta à coluna.

“Entrevistamos já quase duas centenas de servidores de Diferentes ministérios. As entrevistas são todas anônimas e é muito assustador ver o que está acontecendo”, acrescentou.

Das entrevistas, emergiram quatro formas principais de perseguição: opressão física, administrativa ou moral e o silenciamento. Entre as táticas usadas, as pesquisadoras apontam mudanças em procedimentos burocráticos.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com a rotina para pedir a extradição de criminosos brasileiros no exterior. Devido ao pedido de prisão do ativista bolsonarista



Allan dos Santos, a Secretaria Nacional de Justiça determinou que a partir de então todos os pedidos deveriam passar pelo titular do órgão, o bolsonarista José Vicente Santini.

Antes, bastava a assinatura da chefe da Diretoria de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça (DRCI). A delegada Silvia Amélia, que comandava a DRCI, foi demitida.

A pesquisa também lista a proibição de participações em reuniões ou eventos e a perseguição ideológica devido a ideias apresentadas em reuniões de trabalho.

“Um dos casos mais recorrentes que vimos foi dos servidores que sofreram processo administrativo por publicar informações que deveriam ser públicas. Um deles, inclusive, após enviar um relatório para o TCU, foi retirado de sua organização pela poli-

cia. Não pode nem pegar seu computador, nem nada. E isso por enviar informações que eram de sua responsabilidade enviar”, disse Lotta.

O estudo investigou também as táticas usadas pelos servidores para se opor à opressão do governo. Entre essas medidas estão atividades secretas para sabotar políticas bolsonaristas, como a minimização do desmonte de alguma política pública ou o vazamento de informações para ONGs e a mídia.

Há também casos em que o servidor abandona o local de trabalho, pedindo a transferência para outro setor ou até mesmo a demissão.

O estudo completo ainda não foi publicado, mas é possível consultar uma prévia em inglês no site do Centro de Estudos Legislativos da UFMG.

Fonte: Condsef

CANCELA A REFORMA

Já!

Audidores fiscais da Receita Federal prometem entrega coletiva dos cargos

Os auditores fiscais da Receita Federal decidiram realizar um dia nacional de entrega de cargos, marcado para 15 de dezembro, como forma de demonstrar a indignação dos auditores contra a inércia da administração da Receita para se envolver nas pautas de interesse da classe.

A decisão foi durante a Assembleia do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), realizada na última semana. A categoria ainda aprovou uma “moção de desconfiança” ao secretário da Receita Federal, José Tostes, em razão de sua omissão em temas relevantes para a categoria e o órgão.

Segundo Sindifisco, o atual secretário do órgão não atua para realizar concursos para repor, minimamente, as aposentadorias dos servidores, o que compromete a operacionalidade de todos os departamentos, em particular a fiscalização, a alfândega e as fronteiras. Desde 2014 não há concursos para a Receita Federal.

A categoria diz que outros órgãos como Advocacia Geral da União (AGU), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Controladoria-Geral da União (CGU), além dos órgãos policiais, já tiveram concursos aprovados.

Os auditores fiscais criticam ainda, a não regulamentação do teletrabalho, com o re-

torno presencial precoce e mal planejado dos funcionários, inclusive de pessoas que fazem parte do grupo de risco para a Covid-19.

Os auditores fiscais pretendem intensificar mobilização com outras ações:

- Realização de meta zero nas áreas de fiscalização de tributos internos e aduaneira, ressalvados os casos de decadência, enquanto não for publicada a Portaria da Atividade Externa.
- Redução das metas em 50%;
- A não participação em treinamentos, cursos e reuniões com a administração, equipes de trabalho e externas, em todos os dias da semana;
- A realização de dois dias semanais de protesto (Dias de Apagão), às terças e quartas;
- A suspensão dos plantões das equipes regionais ou locais de análise de risco das unidades aduaneiras aos fins de semana;
- A paralisação das aduanas de fronteira terrestre nos Dias de Apagão, como forma de protesto e para pressionar o secretário da Receita a demandar junto ao governo a realização de novo concurso

público para o cargo;

- O não retorno ao trabalho presencial, previsto para o dia 1o de dezembro, enquanto não for publicada a Portaria da Atividade Externa e oferecidos os planos de gestão que viabilizem o teletrabalho.

Serão ressalvadas das ações as cargas vivas, perecíveis, medicamentos e insumos hospitalares, conforme critério habitualmente aplicado.

De acordo com o Sindifisco Nacional, a decisão da mobilização foi aprovada por mais de 90%, dos 1200 filiados participantes.

*Com informações do Sindifisco Nacional.

Fonte: CUT

